



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI N° 367/1964

Que altera o Código Tributário Municipal.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Imposto Territorial Urbano será cobrado sobre o valor venal dos terrenos situados nas zonas urbanas e suburbanas do Município.

§1º O Imposto será cobrado na base de 1% (um por cento) sobre o valor venal do terreno edificado;

§2º O Imposto será cobrado na base de 2% (dois por cento) sobre o valor venal de terreno não edificado.

§3º Em terreno não edificado, situado em rua calçada, o imposto será acrescido de 50% (cinquenta por cento) do seu valor.

§4º O Imposto será progressivo para os terrenos enquadrados nos parágrafos 2 e 3, na base de 20% (vinte por cento) anuais.

Art. 2º O valor venal dos terrenos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando-se em conta os seguintes critérios:

1 – Forma, dimensões, acidentes naturais e outras características;

2 – Localização e valorização.

Art. 3º A alíquota do Imposto Territorial Rural será cobrada na base de 2,3 sobre o valor do alqueire, de acordo com a tabela B anexa a esta lei, da qual passa a fazer parte integrante.

Art. 4º Com o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor cadastrado do último lançamento, será cobrado o imposto de 10% (dez por cento) nas transmissões em geral.

Parágrafo único. Nas transferências de imóveis que, a contar da extração do conhecimento, não tenha decorrido 12 (doze) meses, não será somado o acréscimo de que fala este artigo.

Art. 5º O Imposto Predial será cobrado obedecendo ao seguinte critério:

a) quando o imóvel for ocupado pelo seu proprietário, a gravação será de 8% (oito por cento) sobre o valor locativo;

b) quando o imóvel for locado, a gravação será de 10% (dez por cento) sobre o valor locativo.

§1º O valor locativo será representado por 10% (dez por cento) do valor venal cadastrado.

§2º Quando o valor dos aluguéis ultrapassar a taxa de 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, o Imposto Predial será cobrado na base de 10% (dez por cento) do valor dos aluguéis.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 6º O valor venal de edificação será calculado levando-se em conta os seguintes fatores:

- a) o valor da construção;
- b) o estado de conservação da edificação;
- c) a área construída.

Art. 7º O Executivo Municipal nomeará uma Comissão Especial a fim de promover a revisão cadastral dos imóveis.

Parágrafo único. As conclusões dessa Comissão serão aprovadas pelo Prefeito Municipal, em ato coletivo ou não, podendo ser modificadas, a critério daquela autoridade, mediante requerimento do interessado a ser representado dentro de 30 dias, contados da data da respectiva aprovação, que será devidamente publicada.

Art. 8º O Imposto de Licença será cobrado na base de 10% (dez por cento) sobre o valor do Imposto de Indústrias e Profissões.

Parágrafo único. Fica excluído do Imposto de Licença o contribuinte do Imposto Territorial Rural.

Art. 9º O Imposto de Licença para vendedor ambulante será cobrado na base de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) diários.

Art. 10. O Imposto de Licença para pavilhões circenses ou semelhantes será cobrado na base de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) por temporada.

Art. 11. O Imposto de Licença de Veículos será cobrado de acordo com a pauta estadual.

Art. 12. O Imposto de Indústrias e Profissões serão cobradas sobre o movimento econômico mensal do contribuinte mensal, obedecendo ao seguinte critério:

- | | |
|-----------------------------------|----------------------|
| a) até 1 (um) milhão de cruzeiros | 0,5 (cinco décimo); |
| b) de mais de 1 (um) milhão | 0,4 (quatro décimo); |
| c) de mais de 2 (dois) milhões | 0,3 (três décimo); |
| d) de mais de 4 (quatro) milhões | 0,2 (dois décimo). |

§1º O contribuinte lançado por estimativa contribuirá conforme a Tabela B anexa a esta lei, da qual faz parte integrante.

§2º A taxa mínima a ser arrecadada de cada contribuinte que não tiver escrita regular incidirá sobre os valores constantes da Tabela A anexa a esta lei, da qual passa a fazer parte integrante.

§3º No caso dos hotéis, pensões e cinemas, o cálculo será feito obedecendo ao seguinte critério:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

a) para os hotéis e pensões, sobre o movimento apurado para efeito do recolhimento do Imposto de Turismo e Hospedagem;

b) para os cinemas e outras casas de diversões sobre a receita bruta apurada para efeito de paramento do Imposto de Diversões Públicas;

§4º Continua em vigor a Lei Municipal 349, excluindo a parte conflitante com o presente artigo.

Art. 13. A Taxa de Expediente e Emolumentos será cobrada obedecendo ao seguinte critério:

a) Cr\$ 50,00 para o movimento até Cr\$ 500.000,00;

b) Cr\$ 100,00 para o movimento de mais de Cr\$ 500.000,00 até Cr\$ 1.000.000,00;

c) Cr\$ 150,00 para o movimento de mais de Cr\$ 1.000.000,00 até Cr\$ 5.000.000,00;

d) Cr\$ 200,00 para o movimento de mais de Cr\$ 5.000.000,00.

§1º A Taxa de Expediente para qualquer requerimento será no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).

§2º Para cada certidão expedida será cobrada a Taxa de Emolumentos no valor de Cr\$ 400,00.

§3º Para buscar, por ano, além das taxas acima, Cr\$ 100,00.

Art. 14. A Taxa de Assistência Social será cobrada na base de 6% (seis por cento) sobre o valor de todos os impostos municipais, excluído o Imposto de Propriedade de Transmissão “Inter-Vivos”.

Art. 15. A Taxa de Limpeza Pública será cobrada obedecendo ao seguinte critério:

a) imóvel residencial e comercial, por ano Cr\$ 400,00;

b) imóvel industrial, por ano Cr\$ 600,00

Art. 16. A Taxa de Aferição de Pesos e Medidas será cobrada na base de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por unidade.

Art. 17. A Taxa de Viação será cobrada obedecendo ao seguinte critério:

1 – Conservação de Calçamento:

a) até 10 metros de testada Cr\$ 200,00;

b) de mais de 10 a 20 metros de testada Cr\$ 400,00;

c) de mais de 20 metros, fração de 10 metros além, Cr\$ 100,00

2 – A taxa de Alinhamento e Nivelamento será cobrada obedecendo ao seguinte critério:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Cr\$ 20,00 por metro.

Art. 18. A Taxa de Água será cobrada obedecendo ao seguinte critério:

- a) imóvel residencial e comercial, por pena e por ano Cr\$ 1.800,00;
- b) imóvel industrial, por pena e por ano Cr\$ 3.000,00;

Parágrafo único. Quando a rede potográfica cruzar por terreno não edificado, a taxa a que se refere este artigo ainda assim incidirá sobre 50% (cinquenta por cento) do valor mencionado.

Art. 19. A Taxa de Esgoto será cobrada na base de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) por ligação.

Parágrafo único. Quando a rede de esgoto cruzar por terreno não edificado, a taxa a que se refere este artigo ainda incidirá na base de 50% (cinquenta por cento) do valor mencionado.

Art. 20. A Taxa de Matança será cobrada com base na seguinte classificação:

- a) açougues de 1º classe, por mês Cr\$ 9.000,00;
- b) açougues de 2º classe, por mês Cr\$ 7.000,00;
- c) açougues de 3º classe, por mês Cr\$ 6.000,00

Art. 21. A Taxa de Cemitério será cobrada obedecendo ao seguinte critério:

- a) adulto, por cinco anos Cr\$ 500,00;
- b) menor, por cinco anos Cr\$ 300,00;
- c) sepultamento por 10 anos Cr\$ 10.000,00;
- d) sepultamento por 20 anos Cr\$ 20.000,00;
- e) sepultamento perpétuo Cr\$ 30.000,00

Art. 22. As taxas não incluídas no artigo anterior continuam em vigor com um acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a Tabela incluída no artigo 340 do Código Tributário Municipal.

Art. 23. As taxas não incluídas nesta lei continuam em vigor, com um acréscimo de 100% (cem por cento) sobre as taxas do Código Tributário Municipal.

Art. 24. Continua em vigor o Código Tributário Municipal na parte em que as suas disposições não entrem em conflito com a presente lei.

Art. 25. Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

MANDO, portanto, a todos, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Passa Quatro, 22 de outubro de 1964.

Dr. Manuel Alves de Castro
Prefeito Municipal

José Noronha Pereira
Secretário